

O vale-tudo do ensino público

Comissão de Inquérito investiga irregularidades cometidas por professores e pessoal de apoio

Custódio Coimbra

Rolland Gianotti e Selma Schmidt

Casado, um inspetor-residente da Escola Municipal Raja Gabaglia, em Oswaldo Cruz, aproveitou a ausência da mulher para seduzir e engravidar uma aluna menor. Julgado culpado pela Secretaria de Administração do município, acabou demitido. Na Escola Municipal Cócio Barcelos, em Copacabana, a 9ª Comissão Permanente de Inquérito da Prefeitura investiga o uso indevido, por funcionários do colégio, de recursos destinados pelos pais dos alunos à caixa escolar. Em Queimados, uma mãe de estudantes do Colégio Estadual Santo Expedito denuncia a prática de um castigo do passado: os desobedientes são forçados a se ajoelhar sobre grãos de milho.

Exemplos de desmando funcional, esses casos demonstram que os problemas das escolas públicas municipais e estaduais não se restringem à falta de professores, material escolar e merenda ou a imposições do tráfico de drogas. Segundo o superintendente das Comissões de Inquérito da Prefeitura, Arthur Horta, 20% dos inquéritos instaurados em colégios se referem a irregularidades praticadas por professores e pessoal de apoio — os restantes são por abandono de emprego, inassiduidade e acumulação ilegal de cargos. De 1993 a 1996, aliás, passaram pelas comissões dirigidas por Horta 75 processos contra professores, por irregularidades. A Secretaria estadual de Administração se recusou a apresentar o número de casos que vem apurando.

Serviço do MEC já recebeu 601 ligações do Rio neste ano

Nem todas as infrações administrativas, porém, chegam ao conhecimento oficial. Uma empregada doméstica acabou desistindo de denunciar o castigo com grãos de milho no Santo Expedito, depois de muitas ligações para o Fala Brasil, serviço telefônico gratuito (0800-616161) criado pelo Ministério da Educação para receber queixas, consultas e sugestões. De janeiro até a quinta-feira passada, o Fala Brasil recebeu 601 chamados só do Estado do Rio, sendo um terço deles para reclamações. Como a empregada não conseguiu ser atendida, os castigos continuam, segundo alunos e mães. Para preservar as crianças e os acusados que não foram localizados pelo GLOBO, o jornal optou por omitir seus nomes.

— A "tia" Claudinha pôs o G. no milho e ele ficou com bolha no joelho — conta V., de 6 anos.

— A gente fica com a cara na parede e a "tia" traz milho para quem faz bagunça ajoelhar — diz B., de 5 anos.

O relato da menina surpreendeu a própria mãe, que até sexta-feira passada desconhecia a denúncia:

— Por que você nunca me contou nada? Minha filha não mente nunca.

Acusada pelos alunos, a professora Cláudia de Souza, responsável por duas classes de alfabetização e uma turma de

primeira série, nega as acusações:

— O milho que levo para a escola serve apenas para trabalhos manuais. Jamais me ocorreu aplicar qualquer castigo nas crianças.

Em Pendotiba, Niterói, os 1.200 alunos do Colégio Estadual Paulo Assis Ribeiro estão adquirindo em sala de aulas uma aptidão extracurricular: conservação e limpeza. Diariamente e após o período letivo, três estudantes de cada turma ficam encarregados da faxina e arrumação da desordem deixada pela classe. Cumprem, por obrigação, um dever que caberia aos serventes que a escola, segundo sua diretora, Adriana Regina Lima Martins, não tem.

— Catequizamos os alunos para fazer a manutenção. Eu mesma estou cansada de lavar banheiro — diz a diretora, que reclama por contar com quatro serventes para a limpeza das 12 salas e oito banheiros da escola.

Na Escola Pedro Lessa, professora é acusada de racismo

No ano passado, o uso, como castigo, de alunos na faxina do Colégio Paulo Assis Ribeiro foi denunciado pela Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj) ao Ministério Público e à Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), o que levou a diretora a suspender a punição. Até a sexta-feira, a Apaerj não sabia que os alunos voltaram a fazer faxina.

Na Escola Municipal Pedro Lessa, em Bonsucesso, o feitiço virou contra o feitiço. Primeiramente, a professora L. acusou a diretora Márcia Carvalho Sá de desviar verba do Fundo Rotativo — dinheiro liberado pela Secretaria de Educação para pequenos reparos. De denunciante, L. virou denunciada. Um abaixo-assinado, com 280 nomes de pais, foi encaminhado à 8ª Comissão Permanente de Inquérito, acusando L. de discriminação racial. O processo está em fase final e deve inocentar a diretora, que não quis comentar o caso, e suspender L., que continua no colégio, mas não foi encontrada pelo GLOBO.

— A professora se referiu ao meu filho como débil mental, retardado e macaco — afirma a mãe de J., de 13 anos, aluno da 5ª série, que agora diz querer esquecer o caso.

Também acontecem agressões físicas de professores contra alunos na rede pública: há dois inquéritos em andamento contra servidores da Escola Municipal República do Peru, no Méier, e do Ciep Antonio Candeia, em Acari.

Na 2ª Comissão Permanente de Inquérito, foi dado por encerrado o processo contra um professor da Escola Municipal Dyla Sylvia de Sá, na Taquara, que fora acusado de ter apalpado os seios de uma aluna. Apesar do depoimento da menor, a comissão não encontrou provas contra o professor. A mesma comissão puniu com demissão uma professora do Ciep Doutor Ernesto (Che) Guevara, em Campo Grande, que levava alunas para praticar atos sexuais e tirar fotografias despidas. ■



ÂNGELA MARIA, encarregada da merenda, e Maurício Vitorino, servente, mostram a camiseta da Escola Guandu, onde seus filhos estudam